


MMA/Departamento: CNRH	
Nº 005700 / 16-00	
Data 18-03-16	Rubrica 

Ofício nº 64/2016/AA-ANA
Documento nº: 00000.015644/2016-78

Brasília, 17 de março de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
Cassandra Maroni Nunis
Secretária Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
SEPN 505 - Lote 2 - Ed. Marie Prendi Cruz
70730-542 – Brasília – DF

Assunto: **Posicionamento da ANA quanto a possíveis conflitos pelo uso dos recursos hídricos.**
Referência: 00000.006402/2016-93

Senhora Secretária Executiva,

1. Em atenção ao vosso Ofício nº 06/2016/CNRH/SRHU/MMA, de 01 de fevereiro de 2016, informamos que a Hidrovia Tietê-Paraná já está operacional.
2. Adicionalmente, esclarecemos que, para garantir a operação continuada da Hidrovia Tietê-Paraná, diversas ações estão sendo empreendidas pela ANA, tendo como destaque a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos pela ANA para as usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia.
3. A Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1.305, de 20 de novembro de 2015, que estabelece diretrizes e procedimentos para outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos hidrelétricos em operação comercial, em cursos d'água de domínio da União, define, em seu Art. 2º, um cronograma por bacia hidrográfica em que o aproveitamento hidrelétrico está inserido, para que os titulares de concessões ou autorizações de empreendimentos hidrelétricos, em cursos d'água de domínio da União, que não tenham outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida pela ANA, a solicitem a essa Agência.
4. Para a bacia do rio Paraná, o prazo estabelecido pela Resolução vence em 31 de dezembro de 2020.
5. Entretanto, a Resolução ANA/ANEEL nº 1.305/2015, Art. 4º, afirma que os empreendimentos hidrelétricos em rios de domínio da União, enquadrados no § 1º do art. 11 da Lei nº 12.783/2013, que não foram prorrogados e que serão licitados antes dos prazos definidos no art. 2º, deverão solicitar a outorga de direito de uso de recursos hídricos à ANA em até 180 dias da assinatura do Contrato de Concessão. Dentre esses aproveitamentos, estão os de Ilha Solteira e Jupia, cujo Contrato de Concessão foi assinado em 05 de janeiro de 2016. Ou seja, o prazo máximo para solicitação da outorga para as citadas usinas é 3 de julho de 2016.
6. O Contrato de Concessão nº 01/2016 da ANEEL, referente às UHEs Ilha Solteira e Jupia, determina que a concessionária deverá respeitar os limites de operação observando as condições de operação definidas pela ANA, em articulação com o ONS, na outorga das usinas ou em ato específico. O Contrato de Concessão determina também que a concessionária deverá obter a outorga de uso de recursos hídricos junto à ANA, e cumprir eventuais condicionantes que vierem a ser estabelecidas na mesma.
7. A definição das condições de operação dos reservatórios de Ilha Solteira e Jupia, por

¹ Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço www.ana.gov.br

parte da ANA, visará garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, entre os quais se destaca o transporte aquaviário. Ressalta-se que a ANA vem mantendo entendimentos com o DNIT com vistas a definir os requisitos necessários para a implantação do instrumento de outorga de direito de uso dos recursos hídricos para a hidrovía Tietê-Paraná.

8. Adicionalmente, informamos que a ANA coordenou reunião, no último dia 8 de março, com o objetivo de discutir a retomada da navegação comercial na hidrovía Tietê-Paraná e a sua sustentabilidade. Foram convidadas para participar da reunião as seguintes instituições:

- Governo do Estado de Mato Grosso / Secretaria de Estado do Meio AMBIENTE – SEMA;
- Governo do Estado de Goiás / Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA;
- Governo do Estado de São Paulo / Secretaria Estadual de Logística e Transportes– SLT;
- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE;
- Governo do Estado do Paraná / Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba / CBH-PARANAÍBA;
- Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária – FENAVEGA;
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/Presidência;
- Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE;
- Ministério dos Transportes - MT/Secretaria Executiva;
- 8º Distrito Naval/ Comandante; e
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes / Diretoria de Infraestrutura Aquaviária – DNIT.

9. Com relação à solicitação de posicionamento da ANA acerca da possível interferência da operação dos aproveitamentos hidrelétricos instalados na bacia do rio Uruguai nas condições naturais do Salto de Yucumã, foi encaminhado ao ONS o Ofício nº 1/2016/SOE-ANA, de 12 de fevereiro de 2016, em anexo, em que se solicita análise da questão antes da apreciação da Agência.

10. Em resposta, o ONS endereçou à ANA a Carta 0060/300/2016, de 4 de março de 2016, em anexo, em que são apresentadas as seguintes considerações:

- Encontram-se instaladas na bacia do rio Uruguai as usinas hidrelétricas Garibaldi, Campos Novos, Barra Grande, Passo Fundo, Monjolinho, Machadinho, Itá, Foz do Chapecó, São José e Passo São João. Sendo que dessas, apenas as usinas de Barra Grande, Machadinho e Passo Fundo possuem uma pequena capacidade de armazenamento, suficiente para regularizar vazões em período superior a um dia;
- A área de drenagem da bacia do Rio Uruguai, no local da barragem da UHE Foz do Chapecó, última usina no curso principal do rio, é de 53.000 km², e, de acordo com estimativas obtidas a partir de informações colhidas na base de dados da ANA, o Hidroweb, a área de drenagem em seção próxima ao Salto de Yucumã é da ordem de 77.000 km², com um tempo de viagem da água estimado em 12h, e distância de, aproximadamente, 160 km entre a usina e o salto;
- A usina de Foz do Chapecó, que iniciou sua operação comercial em outubro/2010, tem como condicionante operativa a manutenção de uma vazão mínima vertida entre 75m³/s e 120m³/s, no trecho entre a confluência com o rio Chapecó e a casa de força da UHE Foz do Chapecó, conforme consta na Licença de Operação dessa usina, expedida pelo IBAMA. A política de operação da UHE Foz do Chapecó busca a maximização da geração sempre que há necessidade de vertimento adicional, em razão da ocorrência de vazões superiores à soma de sua capacidade máxima de engolimento pelas turbinas com a vazão mínima vertida estabelecida para o trecho de vazão reduzida. Nessa situação, não há praticamente flutuação horária na vazão defluente total da usina de Foz do Chapecó. No ano de 2015, por exemplo, em, aproximadamente, 30% dos dias ocorreram vertimentos adicionais ao mínimo de atendimento à licença de operação;
- Nos dias em que não ocorrem vertimentos, a política de geração de Foz do Chapecó segue o comportamento da carga, fazendo com que sua defluência, em geral, seja mais elevada nos períodos de carga média e pesada, que abrange o horário entre 9h e 22h, nos dias úteis e sábados; e sendo reduzida nos períodos de carga leve, que compreende o horário complementar entre 22h e 9h dos dias úteis e sábados, além de domingos e feriados;
- A partir de uma análise hidrológica preliminar, verifica-se que, no período de 2013 a 2015, a

chuva ocorrida na bacia do rio Uruguai foi bem superior às normais, fazendo com que a vazão natural média desse período na usina de Foz do Chapecó fosse superior a 150% da Média de Longo Termo- MLT. Esse fato deve ter interferido significativamente na formação do salto nos últimos três anos;

- A partir de pesquisa no Hidroweb da ANA, verifica-se que não há qualquer estação fluviométrica no rio Uruguai no trecho do Salto de Yucumã e nem em suas proximidades, que permita a elaboração de estudo da interferência da operação de Foz do Chapecó na formação do Salto de Yucumã. A estação mais próxima, Itapiranga, situa-se cerca de 27 km a montante e, por ser uma estação convencional, só possui informações de níveis disponíveis às 7 e 17h e
- A fim de que possa ser avaliado o efeito da variação das vazões defluentes da usina de Foz do Chapecó ao longo do dia nas condições de afluência do Salto de Yucumã, bem como para a análise da efetividade de uma eventual modificação da política operativa dessa usina, o ONS recomenda a implantação de uma estação fluviométrica automática próximo ao Salto de Yucumã, com registro horário de nível d'água e medições periódicas de vazões. Essa estação serviria também para a definição de faixas de níveis/vazões com as correspondentes classificações relativas à qualidade de visualização do salto.

11. Isto posto, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais, se necessários.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)
VICENTE ANDREU
Diretor-Presidente

